

AI-5: o golpe dentro do golpe

Mesmo 40 anos depois, o Brasil ainda sofre suas conseqüências

DANIELE DOMINGUES, MARCOS PINHEIRO E TALITA LIMA

Em 2008, a decretação do AI-5 (Ato Institucional número 5) completa 40 anos. Baixado em 13 de dezembro de 1968, assinado pelo general-presidente Arthur da Costa e Silva, o AI-5 fazia parte de uma estratégia da chamada “linha dura” do regime militar que se encontrava descontente com os rumos da política brasileira. Composto por 12 artigos que instauraram um regime de exceção ainda mais violento do que aquele que estava em vigor, o ato conferiu poderes excepcionais ao Executivo e praticamente eliminou todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no País. Foi revogado apenas em 1978, pelo general-presidente Ernesto Geisel, na retomada do processo democrático. Durante 10 anos o Brasil viveu sob as rédeas do AI-5, que permitiu, entre outras coisas, o chamado “milagre econômico” e o crescimento da economia patrocinado por volumosos empréstimos externos.

O mundo à esquerda

O ano de 1968 foi marcado por movimentos de protesto em todo o mundo. Na Alemanha, no México, na Grécia e na França, particularmente os estudantes foram às ruas reivindicando mais liberdade e mais atenção dos governos às



Militante sendo reprimido por policiais

políticas sociais. Na França, destacou-se a marcha de 30 mil manifestantes que cantavam o hino da Internacional Comunista enquanto estudantes tomavam a tradicional Universidade de Sorbonne, exigindo reformas no ensino. Até a Igreja Católica apoiou a onda de inovações quando, no 39º Congresso Eucarístico, o papa Paulo VI clamou por justiça social.

Toda essa efervescência não deixou de contagiar os brasileiros. Incentivados pela vontade de derubar a ditadura e inspirados pela alternativa política apresentada pela Revolução Cubana e por Che

Guevara, os grupos de oposição ilegal se multiplicaram. Data desta época, por exemplo, o surgimento de organizações clandestinas como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) também foi formalmente criado em 1968, participando do movimento de resistência à ditadura e incentivando greves operárias em todo país.

Os estudantes, que lideravam os protestos contra o regime implantado pelos militares no Brasil, passaram a receber apoio de

setores da população que tinham sido favoráveis ao golpe de 1964. A Igreja Católica e a classe média percebiam que a prometida “intervenção eventual” dos militares para restabelecer a “combalida moral da nação” com a finalidade apenas de manter a democracia, estava se tornando um regime duradouro e cada vez mais opressivo. Mesmo o grande empresário, importante patrocinador do regime, resignava-se com as baixas taxas de crescimento da economia. Graça Salgado, professora de História da PUC-Rio, lembra que havia contradições políticas entre os que ocupavam o poder: “Os militares estavam divididos quanto aos rumos do regime. Havia divergências entre os ‘castelistas’, militares mais moderados que até então eram maioria, e a chamada ‘linha dura’ ligada ao SNI (Serviço Nacional de Informações) e que defendia o fechamento total”. Certamente a decretação do AI-5 foi uma vitória dos setores mais radicais.

Crescia a oposição política, e junto com ela a repressão policial. A Frente Ampla, movimento de oposição liderado por Carlos Lacerda e seus antigos adversários Juscelino Kubitschek e João Goulart, foi impedida de se articular e as greves operárias de Conta-

gem (Minas Gerais), Osasco (São Paulo) e Cabo (Pernambuco) foram violentamente reprimidas. O regime militar ainda promoveu atentados contra os Teatros do Galpão e Ruth Escobar (São Paulo) e Opinião (Rio de Janeiro). A escalada da violência policial culminou com o assassinato do estudante Édson Luís de Lima Souto no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, por agentes da repressão que suspeitavam de seu envolvimento com grupos ilegais de oposição. Assustada, a mesma classe média que apoiara o golpe de 1964, participou maciçamente da passeata dos 100 Mil, no Rio de Janeiro, que exigia a redemocratização do País.

Nos dias 2 e 3 de setembro de 1968 o deputado Márcio Moreira Alves (MDB) discursou na Câmara, pedindo que as pessoas boicotassem o desfile da Independência, em 7 de setembro, e que as mulheres, ardentes de liberdade, não namorassem oficiais das Forças Armadas enquanto a escalada da violência não parasse. O Exército considerou ofensivas e intoleráveis as declarações do deputado e pediu a sua imediata cassação. Em outubro de 1968, mais de 700 estudantes, representantes dos movimentos estudantis de todos os estados brasi-

leiros, foram presos no Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado na cidade de Ibiúna, em São Paulo. Em 22 de novembro, foi criado o Conselho Superior de Censura que aumentou o controle e a repressão aos meios de comunicação social. Em 12 de dezembro de 1968, o Congresso Nacional, com base na Constituição de 1967, que ainda garantia a imunidade parlamentar, recusou, por uma diferença de 78 votos, o pedido de cassação de Márcio Moreira Alves.

AI-5: dissolução do Congresso e poder extraordinário ao presidente

Diante das crescentes manifestações de força da oposição democrática, os militares chegaram a pensar em praticar atos terroristas, tais como explodir o gasômetro e estações de energia elétrica, no Rio de Janeiro, para culpar os movimentos de resistência e legitimar a radicalização do regime. Mas os setores radicais do governo não contavam com ferramentas institucionais eficientes para aumentar a repressão. Em 13 de dezembro de 1968, no dia seguinte à recusa do Congresso de cassar o mandato do deputado Márcio Moreira Alves, os doze artigos do AI-5 impuseram o medo e a mordida a uma sociedade brasileira perplexa. Na prática, o decreto suprimiu as liberdades individuais, deu poderes extraordinários ao presidente, dissolveu por tempo indeterminado o Congresso e abriu espaço para a sistematização e a institucionalização da censura, das prisões arbitrárias e das torturas. Simultaneamente, foram cassados 30 prefeitos, 36 vereadores, 178 deputados estaduais e 105 senadores e deputados federais.

A professora Graça Salgado lembra o que o AI-5 representou

*“O Ato instalou o terror de Estado no Brasil.
Nessa época tive meus melhores professores
cassados, exilados, e amigos e companheiros de
faculdade que começaram a desaparecer
ou simplesmente abandonar a universidade”*

Graça Salgado



Protesto contra a censura

para sua geração: “O Ato instalou o terror de Estado no Brasil. Nessa época tive meus melhores professores cassados, exilados, e amigos e companheiros de faculdade que começaram a desaparecer ou simplesmente abandonar a universidade. Já não havia mais clima para qualquer tipo de ação política, de exercício do pensamento crítico, o que, para nós que éramos uma geração muito mobilizada politicamente, significou uma imensa violência e absoluta derrota. O clima de delação foi o que passou a vigorar no espaço universitário. Era impossível pensar, o ambiente era irrespirável”.

O Brasil do AI-5

Com a vitória dos representantes do aparelho repressivo, os militares conseguiram dismantlar toda forma de oposição que ultrapassasse o perímetro considerado seguro — ocupado por instituições civis como OAB, ABI e o MDB. Graça chegou a sofrer na pele os métodos repressivos adotados pela ditadura: “Entre 1969 e 1971 sofri duas prisões por conta da militância estudantil, mas também e, sobretudo, pela participação de meu irmão João Lopes Salgado, no seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em setembro de 1969. Na minha segunda prisão, a de 1971, no DOI-

CODI da Rua Barão de Mesquita, fui bastante torturada por militares absolutamente sádicos que queriam a qualquer custo informações sobre o paradeiro do meu irmão. Mas eu não sabia de nada, pois ele já estava desde 1969 na mais absoluta clandestinidade, e não nos víamos desde então. Disto os militares não se convenciam e por isso a tortura a que fui submetida”.

O “milagre econômico”

Sob o manto do AI-5 o governo da ditadura resolveu implementar um novo plano econômico com objetivo de, finalmente, levar o Brasil para o grupo dos países desenvolvidos. Aproveitando a artificial estabilidade política, Delfim Neto, Ministro da Fazenda empossado em 1969, promoveu a maciça entrada de capitais estrangeiros em vários setores da economia, com destaque para a extração de minerais metálicos, expansão das fronteiras agrícolas, indústrias química e farmacêutica e fabricação de bens intermediários (máquinas e equipamentos). O imediato resultado foi o chamado “milagre econômico”, ou seja, o crescimento acelerado do PIB a taxas de 9% a 10% ao ano entre 1969 e 1973. A classe média e o empresariado aderiram novamente ao regime por conta da ampliação do poder de compra, da elevação dos salários em cargos que exigiam qualificação, da ampliação de créditos bancários e da multiplicação dos lucros.

Entretanto, esse crescimento artificial proporcionado pelos mecanismos repressivos do AI-5 acabou sendo devastador no longo prazo. Os pesados empréstimos levaram à multiplicação da dívida externa e quando, no fim da década de 1970, os juros dispararam, a recessão foi inevitável. O “milagre econômi-



Junta militar em 69. General Lyra Tavares (esquerda), Almirante Augusto Rademacker (centro) e Brigadeiro Marcio de Souza e Melo (direita).

co” vitimou as classes mais baixas e foram criados mecanismos que produziram uma concentração de renda ainda maior. Temia-se que as classes baixas gastassem o excedente em bens de consumo, aos quais, historicamente, não tinham acesso. Com isso, implantou-se o arrocho salarial sobre as classes trabalhadoras através da fixação de tetos salariais e a estabilidade no emprego foi substituída pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Os sindicatos e prestadores de serviços assistenciais foram esvaziados, cabendo ao Executivo decidir sobre as questões de política salarial.

O legado do AI-5

O AI-5 deixou cicatrizes permanentes na sociedade brasileira. De maneira sutil e muito pouco comentadas, muitas das questões que enfrentamos atualmente têm suas raízes no golpe de 1964 e, principalmente, nos reflexos do ato institucional número cinco. Uma das suas conseqüências é a escassez atual de lideranças políticas. Com a limitação do número de partidos políticos e a perseguição aos opositores, os militares reduziram muito as possibilidades do surgimento de lideranças políticas legítimas.

Outra conseqüência perversa é a legitimação da violência. A institucionalização de ações arbi-

trárias do aparelho repressivo começou nas operações criminosas organizadas durante a ditadura, como a Operação Bandeirantes (Oban) e seus “bicos de extermínio”; a Operação Condor, que visava a eliminação física de qualquer liderança latino-americana de esquerda e até o Esquadrão da Morte, que pontificava as ações policiais com a simples matança de marginais no final da década de 1960. Estes foram os precursores dos grupos de extermínio que existem até hoje na Baixada Fluminense e na Grande São Paulo. Para Oswaldo Munteal, historiador e professor da PUC-Rio e UERJ, o BOPE é resultado da criação deste “Estatuto da Violência”. “O que é a tropa de elite senão a apologia desse lixo político recuperado da ditadura? O BOPE ‘mata as pessoas certas’, como a ditadura dizia fazer. Eles não erram, não matam gente inocente, criança, trabalhador: quem morre são as pessoas marcadas para morrer. O estado de segurança não é um estado de extermínio. Uma coisa é dar segurança ao cidadão, outra coisa é eliminá-lo”, afirma.

A legitimação da violência estabeleceu a cultura do medo. Ainda

vivemos como se estivéssemos sob o decreto de um estado de sítio, de exceção, com horas e lugares certos para ir e voltar. As pessoas têm medo de sair às ruas, de se relacionar com aqueles que consideram diferentes, que vivem em “outro mundo”.

A exclusão social acabou por criar cisões cada vez maiores entre pobres e ricos. Cidadania deixou de ser uma questão de política para virar uma questão de polícia, a luta por direitos humanos se esmaeceu. A polícia não investiga e nem reivindica do Estado os instrumentos necessários para realizar as investigações, a tortura faz parte da rotina policial.

O AI-5, além de abrir os caminhos para a institucionalização da violência no Brasil, celebrou um poder constituído, não constitucional, um poder imposto de cima para baixo. Provocou a vilania das instituições políticas como a Câmara e o Senado, potencializou a cultura do “governar para os amigos”, do “farinha pouca meu pirão primeiro” e da corrupção. Ainda de acordo com o professor Munteal, que é um dos autores de um livro so-

bre os 40 anos do AI-5 que será lançado em 2008, foi o próprio Congresso que possibilitou um ato abusivo e antidemocrático como este: “O Parlamento brasileiro abriu o flanco para o AI-5 quando na antevéspera do golpe de 1964 o senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República com o presidente João Goulart ainda em território nacional. É como se, do ponto de vista da institucionalidade democrática, o Congresso se antecipasse e dissesse: ‘nós não somos necessários’. O Parlamento brasileiro adotou uma posição golpista antes mesmo que os militares”.

O fato é que 40 anos depois do pior ato político da ditadura militar ainda vivemos sob a sua sombra. A legitimação da violência, a fragilidade da luta pela promoção dos direitos humanos e o uso da política para promover os interesses pessoais foram alguns dos legados deixados por essa marca da nossa história. Viramos o país do “farinha pouca, meu pirão primeiro”, do “é dando que se recebe”, da corrupção e do atraso. O AI-5, como disse Chico Buarque, “emburreceu o Brasil”.



O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, baixou uma série de disposições arbitrárias. O discurso dos militares sobre a legitimidade do ato em prol da democracia e das liberdades era obviamente absurdo, o que pode ser notado por algumas justificativas ao Ato, aqui descritas:

Artigo 5. A suspensão dos direitos políticos com base neste Ato, importa simultaneamente em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;*
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;*
- III – proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;*
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:*
 - A) liberdade vigiada;*
 - B) proibição de freqüentar determinados lugares;*
 - C) domicílio determinado.*

(...) Artigo. Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

